

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

ANNE KELLY SOUZA DE BARROS

**O FINANCIAMENTO PARA O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E AS QUESTÕES
REAIS**

**Aracaju – SE
2011**

ANNE KELLY SOUZA DE BARROS

**O FINANCIAMENTO PARA O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E AS QUESTÕES
REAIS**

**Relatório de Estágio Supervisionado
apresentado à Faculdade Amadeus
como requisito para aprovação final e
obtenção do grau de bacharel em
Administração.**

Orientador(a):
Prof. .Gisélia Varela

**Aracaju – SE
2011**

ANNE KELLY SOUZA DE BARROS

**O FINANCIAMENTO PARA O EMPREENDEDOR INDIVIDUAL E AS QUESTÕES
REAIS**

**Relatório de Estágio Supervisionado apresentado à Faculdade Amadeus como
requisito para aprovação final e obtenção do grau de Bacharel em
Administração.**

**Prof^a. M.Sc Gisélia Maria Varela e Silva
Coordenadora do Curso**

**Prof^a. M.Sc Gisélia Maria Varela e Silva
Prof^a. Orientadora**

Aprovado (a) com média: _____

Aracaju (SE), ____ de _____ de ____.

AGRADECIMENTOS

Foram muitas as dificuldades, as barreiras a serem vencidas, mas, enfim estou aqui, na conclusão da minha graduação.

Agradeço a todos que direta ou indiretamente me ajudaram com gestos, palavras ou atitudes, em especial a minha família, que só quem passa realmente entende o que é se ausentar durante todo o dia por quatro anos de seus familiares. Eles souberam entender e por muitas vezes me confortaram quando ao chegar em casa, cansada, fadigada, eles vieram me afagar.

Aos meus pais Edlédisson e Arlene que me incentivaram a chegar onde estou chegando hoje, sei que estão muito felizes, compartilhando comigo essa vitória.

A todos os meus familiares, minhas adoradas sobrinhas Nayra e Milena, há como eu as amo e sei o quanto torcem por mim, muito obrigada. Enfim, amigos, colegas de turma, professores, á todos muito obrigada.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	06
2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA	09
2.1 Histórico da Empresa	09
2.2 Estrutura Organizacional	10
3 ASPECTOS CONCEITUAIS	12
3.1 Empreendedor- questões conceituais	12
3.2 O Perfil Empreendedor	12
3.3 A Economia Informal e a Legalização	13
3.4 O Financiamento para o Empreendedor Individual	16
4 ATIVIDADE DE ESTÁGIO E ANÁLISE DE RESULTADOS	17
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
6 REFERÊNCIAS	27
APÊNDICE - ROTEIRO DE ENTREVISTA	28

1 INTRODUÇÃO

Um dos mais graves problemas do mercado de trabalho no Brasil é a informalidade que vem crescendo bastante nas ultimas décadas em decorrência do alto índice de desemprego do país. Esse aumento é preocupante devido aos impactos causados a economia. O mercado informal reduz a arrecadação tributária do governo, que por consequência afeta na redução dos serviços públicos que são colocados a disposição da sociedade, eleva a competitividade acarretando a um aumento nas taxas tributárias, que por sua vez desenvolve ainda mais a informalidade.

A rigidez na regularização e o alto custo dos impostos são fatores que impedem a formalização de muitos profissionais. Estes preferem a independência, a flexibilidade de horário e o não pagamento dos impostos que geram maior fonte de renda, pois como não são legalizados, não podem ser notificados para o pagamento dos impostos sobre o produto/serviço oferecido. Conseqüentemente, os profissionais registrados sofrem com a concorrência desleal.

Como uma forma de legalizar as pessoas que trabalham na informalidade, o Governo Federal criou o E.I. (Empreendedor Individual). Pessoas que trabalham por conta própria como cabeleireiro, vendedores de churrasquinho, prestam serviços de informática entre outros; e que possuam renda anual de até R\$ 36.000,00 podem se cadastrar como Empreendedor Individual, exceto aqueles que sejam sócios de alguma empresa ou que já trabalhem de carteira assinada.

Por esse motivo o trabalho teve como justificativa e problema de pesquisa descrever as dificuldades e facilidades do EI na obtenção de crédito junto as Instituições Financeiras porque muitas pessoas que trabalhavam na informalidade ao verem a divulgação para liberação do crédito financeiro, imaginavam que precisariam apenas se cadastrar com EI, levar os documentos da formalização e sair com o dinheiro no bolso.

Na verdade não é isso que acontece. Os financiamentos podem chegar a um valor de até R\$ 15.000,00(Quinze mil reais) a depender da análise feita pela Instituição, sendo que este financiamento é feito apenas para máquinas e equipamentos e que para desfrutar do beneficio o EI precisa de um fiador ou avalista que comprove que possa pagar a parcela referente ao seu financiamento,

orçamentos que identifiquem os valores dos equipamentos a serem financiados e garantias como imóveis e veículos.

O objetivo geral desse trabalho foi descobrir as facilidades e dificuldades na liberação de crédito para o Empreendedor Individual. Alguns dos objetivos específicos que foram analisados são: caracterizar o perfil das pessoas que podem ser enquadradas como E.I; conhecer as normas de crédito para o E.I; identificar as exigências legais para obtenção do crédito; propor novas formas de divulgação esclarecedoras.

A informalidade, entretanto, não está presente apenas nas camadas mais pobres, mas também nas camadas de maior nível de renda. O que acontece é que nas camadas com maior nível de renda a informalidade funciona como um mecanismo de elevação de renda, ou seja, é um instrumento de maximização do lucro. Já nas camadas de baixa renda a informalidade é usada devido a pouca disponibilidade de capital, o que para muitos é o único meio de sobrevivência disponível, pois estes além de possuírem uma baixa renda, possuem também um baixo nível educacional.

Portanto, o Governo Federal deveria investir em novas formas de divulgação para a obtenção do crédito financeiro, ajudando assim no desenvolvimento econômico do país, bem como esclarecer as dúvidas em geral da categoria afetada, pois espera-se que o Governo Federal junto com os órgãos filiados procurem políticas alternativas que visem trazer este setor para economia formal.

A fundamentação teórica foi baseada no empreendedor – questões conceituais; o perfil do empreendedor; a economia informal e a legalização e o financiamento para o empreendedor individual. O projeto foi desenvolvido por meio de uma pesquisa bibliográfica e de campo. A pesquisa aconteceu por meio de uma abordagem qualitativa onde foram consideradas as relações entre o autor e a temática pesquisada. Nesse sentido, a pesquisa abordou as dificuldades e facilidades para o financiamento ao E.I. Os dados coletados foram analisados e puderam ser comprovados ou contestados utilizando as teorias já citadas na fundamentação teórica.

Os dados foram coletados através da elaboração de entrevistas, ou seja, a pesquisa foi exploratória explicativa. As entrevistas foram feitas com três gerentes ligados as instituições financeiras autorizadas para liberação do crédito na cidade de

Aracaju-Se de acordo com a disponibilidade dos profissionais e das instituições escolhidas. Foram feitas oito perguntas a cada gerente, individualmente. As respostas podem ser observadas no item quatro deste trabalho onde a pesquisa foi analisada e onde a autora expôs seu ponto de vista.

A pesquisa explicou as seguintes variáveis: o perfil do Empreendedor Individual, as normas para se obter o crédito e novas formas de divulgação para este programa. O perfil do E.I. como forma de identificar os empreendedores que podem se cadastrar bem como as normas elaboradas para que estes consigam um crédito junto as instituições financeiras e nesse sentido, como o programa pode elaborar formas mais claras de divulgação já que os que se enquadram, em sua grande maioria, são pessoas que possuem um baixo nível educacional.

Por fim, a pesquisa será avaliada como requisito total para a conclusão do curso de administração desta instituição.

Na introdução deve ser feita uma exposição geral do tema, apresentando as justificativas, os problemas, os objetivos, os aspectos conceituais que foram considerados, além dos procedimentos metodológicos utilizados na realização do trabalho. Deve ser breve e específica, em texto único sem itens.

2 CARACTERIZAÇÃO DA EMPRESA

2.1 BNB – Banco do Nordeste do Brasil S.A

O Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB) é uma instituição financeira múltipla criada pela Lei nº 1649, de 19.07.1952, e organizada sob a forma de sociedade de economia mista, de capital aberto, tendo mais de 90% de seu capital sob o controle do Governo Federal. Com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, o Banco atua com 3.666 funcionários em cerca de 2 mil municípios, abrangendo os nove estados da região nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), o norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o norte do Espírito Santo.

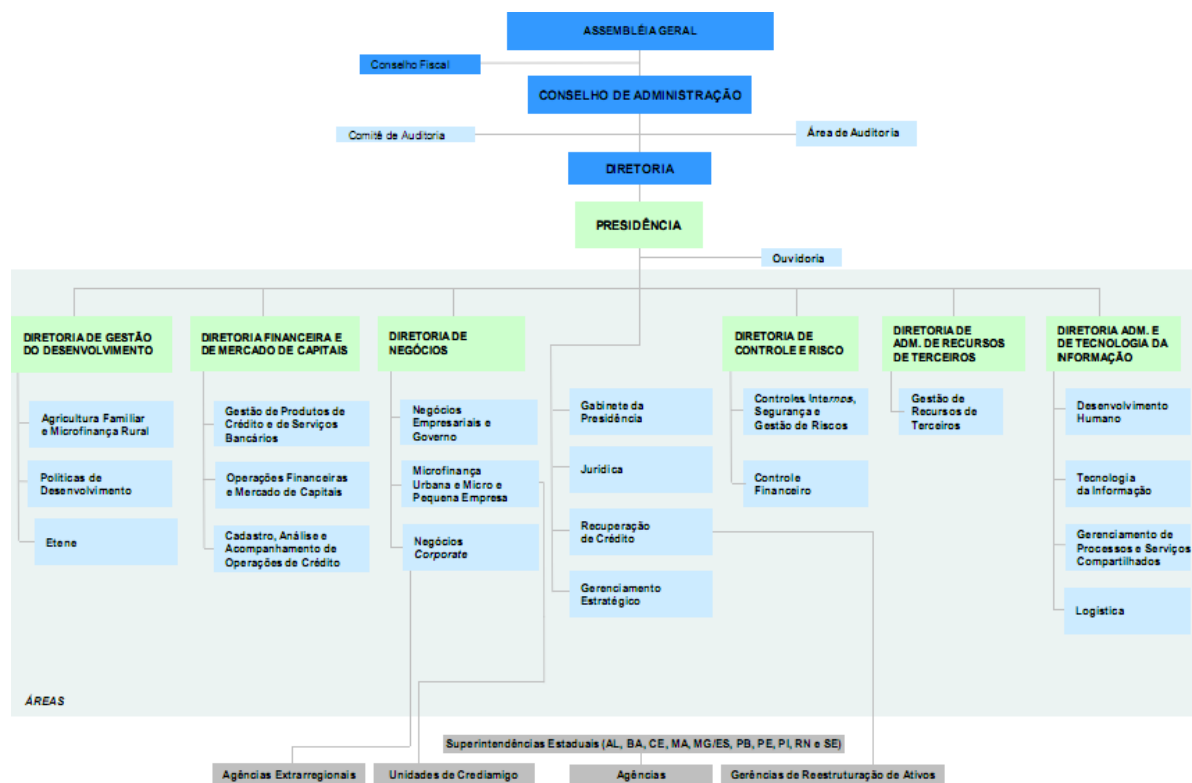
Tem como missão, atuar na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. E como visão, ser referência como agente indutor do desenvolvimento sustentável da Região Nordeste.

O BNB valoriza a ética como forma de aprimorar comportamentos, atitudes e ações, fundamentando suas relações nos princípios de justiça, honestidade, democracia, cooperação, disciplina, governança, responsabilidade, compromisso, transparência, confiança, civilidade, respeito e igualdade. Respeita e defende o direito a diversidade de qualquer natureza, como aquelas decorrentes de origem, raça, cor, sexo, idade, religião, orientação sexual, condição física, condição econômica, convicção filosófica, convicção política, e combate qualquer forma de discriminação. E busca a melhoria das condições de segurança e saúde no ambiente de trabalho e incentiva a participação voluntária em atividades sociais destinadas a valorizar o ser humano e a preservar e proteger o meio ambiente.

A partir desse ponto o Banco criou diversos instrumentos que possibilitaram a atuação mais próxima dos clientes, pois além da intermediação financeira, ampliou atividades para garantir a sustentabilidade bem como a melhoria das condições de vida da população. Além disso, a instituição busca a melhoria das condições de segurança e saúde no trabalho e incentiva atividades sociais destinadas a valorizar o ser humano e programas de preservação ao meio ambiente.

2.2 Estrutura Organizacional

2.2.1 Orgonograma



Fonte: www.bnb.gov.br

O sistema de gestão do banco conta com: Auditoria Interna, Unidade de Controladoria - responsável pela estruturação e análise de informações econômico-financeiras do Banco, Unidade de Controles Internos - responsável pela conformidade das operações e negócios do Banco com os dispositivos legais, Regulamentos Internos, Política da empresa, Auditoria Externa Independente, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

O Banco do Nordeste é o terceiro maior banco de grande porte brasileiro que mais cresceu em operações de crédito, entre 2008 e 2009, tendo alcançado uma variação positiva de 46,5% no período analisado, pois tem participado das grandes transformações ocorridas na economia nordestina, nos últimos 56 anos, beneficiando empreendedores dos diversos setores da economia, por meio de empréstimos e financiamentos em diversos programas de crédito.

Maior instituição da América Latina Voltada para o desenvolvimento regional, o BNB opera como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a operacionalização de programas como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), principal fonte de recursos operacionalizada pela empresa. Além dos recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamentos nos mercados interno e externo, por meio de parcerias e alianças com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

O BNB é responsável pelo maior programa de microcrédito da América do Sul e o segundo da América Latina, o CrediAmigo, por meio do qual o Banco Já emprestou mais de R\$ 3,5 bilhões a microempreendedores. O BNB também opera o programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR/NE), criado para estruturar/desenvolver o turismo da região com recursos da ordem de R\$ 800 milhões.

São clientes do Banco os agentes econômicos e institucionais e as pessoas físicas. Os agentes econômicos compreendem as empresas (micro, pequena, média e grande empresa), as associações e cooperativas. Os agentes institucionais englobam as entidades governamentais (federal, estadual e municipal) e não-governamentais. As pessoas físicas compreendem os produtores rurais (agricultor familiar, mini, pequeno, médio e grande produtor) e o empreendedor Individual.

3 ASPECTOS CONCEITUAIS

3.1 Empreendedor- questões conceituais

A palavra empreendedor surgiu há 800 anos, através de um verbo Frances *entrepreneur*, que significa “aquele que assume riscos e começa algo de novo”. Já Drucker(1992), afirma que o empreendedor é aquele que pratica a inovação sistematicamente. Ou seja, o empreendedor busca fontes de inovação e cria oportunidades.

Ao longo do tempo o termo ganhou poder econômico através das feiras internacionais da época onde foram feitas varias tentativas para encontrar uma definição mais apropriada para o termo. No século XVI a eficácia do trabalho humano cresceu de tal forma que a produção de produtos/serviços já se tornava bastante excessiva. Devido a esse acumulo surge o Mercantilismo: ponto chave para o empreendedorismo. Só no século XX a palavra empreendedorismo foi utilizada por Joseph Shumpeter em 1950, como sendo uma pessoa criativa e capaz de fazer sucesso com inovações segundo arquivos publicados no site administradores.com. Outros autores caracterizam o empreendedor como sendo aquele que tem criatividade, persistência, liderança e que é merecedor daquilo que faz, pois idéias empreendedoras podem gerar grandes resultados tornando o empreendedor a ferramenta do próprio trabalho.

No Brasil diversas instituições tanto publicas como privadas investem em pesquisas para incentivar o empreendedorismo, pois isso pode ajudar o crescimento econômico do país seja na forma de inovação, desenvolvimento tecnológico e geração de novos postos de trabalho.

3.2 O Perfil Empreendedor

O processo de empreender envolve diversas funções como identificar oportunidades, sejam elas grandes ou pequenas, onde ninguém mais consegue notar, possuir habilidades e força de vontade para alcançar o sucesso, focar na geração do valor, ou seja, fazer as coisas da melhor maneira, de um modo mais rápido e mais barato, e por fim correr riscos, pois o futuro é cheio de incertezas.

O empreendedor deve por em evidência os quatro princípios da educação: aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer e aprender a aprender, ter um novo olhar sobre o mundo sempre acompanhado a evolução abrindo novas trilhas, definindo objetivos, com isso, ser capaz de tomar a decisão certa na hora certa frente à concorrência existente no novo mercado do mundo globalizado de acordo com matéria publicada de acordo com matéria publicada no jornal eletrônico Bem Viver por Eduardo Crespo.

Muitos donos de pequenas empresas desempenham um papel de grande importância na economia, pois possuem qualidades empreendedoras ao tentar satisfazer os clientes atendendo a demanda dos produtos/serviços solicitados segundo dados do SEBRAE-SE (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas). Nesse sentido, o perfil empreendedor é caracterizado pelo indivíduo que consegue inovar e praticar melhores formas de comercialização de novos produtos e serviços que resultem em um crescimento empresarial.

Portanto, o perfil do profissional de sucesso é baseado em suas competências e atitudes, mudanças socioculturais e tecnológicas e que criam algo novo e criativo frente às novas exigências do mercado.

3.3 A Economia Informal e a Legalização

A economia informal pode ser compreendida por atividades legais e ilegais. As legais são aquelas em que as práticas econômicas são “socialmente aceitas”, como omissão de renda, sonegação de impostos, evasão fiscal entre outras. Já as atividades ilegais são feitas através da venda de produtos roubados, contrabando, pirataria, uso inadequado do espaço público, entre outras atividades relacionadas segundo dados coletados com funcionários do Sebrae.

Estudos realizados para analisar e definir a economia informal identifica que a maior dificuldade é defini-la. Segundo Smith (1994) a produção de bens e serviços baseados no mercado legal ou ilegal, que escapa da detecção das estimativas oficiais do Produto Interno Bruto. Já de acordo com Feige (1994) e Schneider (1994), toda atividade que contribui para o cálculo oficial ou observado do Produto Interno Bruto, mas não são corretamente registradas. E por fim, De Soto (1989,) a define como “um conjunto de unidades econômicas que não cumprem as obrigações impostas pelo Estado, no que se refere aos tributos e a regulação”.

A dificuldade das pequenas empresas, o alto custo dos impostos, a facilidade da informalidade, a impunidade pelos serviços prestados sem qualidade, a falta de medida por parte da economia são fatores primordiais para o crescimento da economia informal no Brasil. Nesse sentido, os indivíduos seriam induzidos a optar pelo setor informal, o que geraria queda na base econômica e social do país.

Para o IBGE, empresa informal é aquela que não tem contas claramente separadas das contas da família, mesmo que possua o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

Segundo Schneider (1986), uma razão que leva ao interesse no estudo da economia informal pelos agentes que elaboram a política econômica é caracterizada pela percepção dos indivíduos de uma sobrecarga tributária que pode ser vista como um dos fatores que geram o crescimento da informalidade, levando a uma erosão da base tributária e, conseqüentemente a uma redução das receitas do Estado. Além de suas relações com o crime organizado e da desqualificação das condições de trabalho que gera prejuízos diretos para a sociedade, estimula o comportamento oportunista, reduz o potencial da economia brasileira o que provoca conseqüentemente a redução de recursos do governo destinados a programas de educação, saúde e infraestrutura.

Muito comum em países subdesenvolvidos a economia informal acontece em conseqüência do desemprego, da fragilidade da fiscalização e da cobrança de tributos para atuar legalmente. Praticada em grande maioria nas ruas, os informais conseguem atrair os consumidores através de preços baixos, já que produtos originais possuem valores elevadíssimos.

No ano de 2004 pesquisas feitas pelo SEBRAE descobre outro componente que contribui para a informalidade: o mercado de crédito. De acordo com a pesquisa a vantagem de se ter uma empresa formal é justamente o acesso ao mercado de crédito. Mas não é isso que acontece, segundo os pesquisadores a principal razão para a falta de acesso aos empréstimos são as elevadas taxas de juros do país. Além do alto custo do empréstimo, outro grande fator é a recusa do crédito por falta de garantias reais a sua concessão, ou seja, muito capital físico sem valor financeiro.

A questão é como atrair para formalidade a grande parte da economia que sobrevive da atividade informal? É necessário reduzir a burocracia tributária, a alíquota dos impostos e os custos trabalhistas. Isso estimularia os pequenos

empreendedores que por sua vez passariam a ser tornar legais passando a recolher tributos e conseqüentemente diminuiria a carga tributária e surgiriam novos empregos formais.

A Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, criou condições especiais para que o trabalhador conhecido como informal possa se tornar um Empreendedor Individual legalizado. Entre as vantagens oferecidas por essa lei está o registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

Ao se cadastrar, o trabalhador ficará isento de tributos federais como Imposto de Renda, PIS (Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), IPI (Imposto Sobre os Produtos Industrializados), CSLL (Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido) e será enquadrado no Simples Nacional (benefício que a união concede a pequenas e micro empresas, com redução de impostos), podendo possuir apenas um funcionário registrado com renda mensal de um salário mínimo. Garante recolhimento de INSS (Contribuição para uso social, recolhido pelo Instituto Nacional de Seguridade Nacional) o que proporciona alguns benefícios como auxílio doença, aposentadoria por tempo de serviço, licença maternidade para mulheres, além das facilidades junto aos bancos, pedido de empréstimos, emissão de notas fiscais, pois, ao se formalizar como E.I. automaticamente é gerado um CNPJ o que facilita bastante para o desenvolvimento do negócio.

Após o cadastro será concedido um alvará de funcionamento gratuito com validade de 180 dias. Por esse motivo é necessário verificar junto ao município onde irá exercer a atividade, se o empreendimento está de acordo com as normas previstas. No caso de exercer a atividade sem ter um local físico é necessário consultar junto ao município as regras básicas com relação ao tipo de atividade e o local onde irá trabalhar antes de fazer o registro. Isso é muito importante, para que não haja prejuízo para o empreendedor caso não cumpra as normas como declarou, estará sujeito a multas, apreensões e fechamento do estabelecimento com cancelamento do registro.

Dados do governo federal (2008) revelam que o único custo da formalização é o pagamento mensal de R\$ 27,25 (INSS), R\$ 5,00 (Prestadores de Serviço) e R\$ 1,00 (Comércio ou Indústria) podendo ser reajustadas anualmente de acordo com o salário mínimo. O carnê para pagamento das taxas poderá ser emitido exclusivamente no Portal do Empreendedor. O pagamento desses valores será feito

pela emissão de um documento chamado DAS (Documento de Arrecadação do Simples Nacional), até o dia 20 de cada mês nas redes bancárias e casas lotéricas. Além do custo reduzido, a formalização é rápida e simples, sem burocracia. Após a formalização o empreendedor fará, anualmente, uma única Declaração de Faturamento, através da Internet.

Segundo dados publicados no site do Portal do Empreendedor, se houver atraso no pagamento serão cobrados juros e multas. A multa será de 0,33% por dia de atraso limitado a 20% e os juros serão calculados com base na taxa SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia).

3.4 O Financiamento para o Empreendedor Individual

Junto aos bancos um Empreendedor Individual pode obter crédito, e solicitar financiamentos de máquinas e equipamentos e pequenas reformas que cheguem até R\$ 15.000,00 com redução de tarifas e taxas de juros adequadas e linhas de capital de giro de R\$ 300,00 a R\$ 2.000,00(Banco do Nordeste). A depender da instituição financeira os juros podem variar 6,75% a 8% ao ano.

Além dos financiamentos os empreendedores podem obter benefícios como: cheque empresa com taxa de juros diferenciada, cartão de crédito empresarial, prazo para pagamento de até 36 meses e carência de 60 dias e alienação fiduciária. Esses benefícios podem facilitar bastante as negociações junto aos fornecedores, pois estes possuirão vários meios para pagamento dos produtos ou serviços que irão ser adquiridos.

Mas na realidade a burocracia dificulta bastante essa negociação. Pois, além de ser cadastrado como pessoa jurídica o Empreendedor Individual necessita de um fiador que comprove que tenha renda fixa e possa pagar o valor da parcela de seu financiamento, fato este que gera a maior dificuldade da categoria segundo gerentes executivos do BNB, pois no mundo de hoje com altas e baixas na economia brasileira e o alto índice de inadimplência é difícil conseguir alguém que aceite assumir essa responsabilidade, já que caso o empreendedor não consiga assumir seu contrato junto à instituição financeira, conseqüentemente o fiador terá que assumir essa responsabilidade.

4 ATIVIDADES DO ESTÁGIO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Durante a realização da pesquisa, que foi feita através de entrevista com três gerentes bancários, sendo dois de instituições nacionais e um de instituição estadual a qual chamaremos de instituição A, B e C por motivos éticos e que foram escolhidos para a entrevista por se tratarem de gerentes responsáveis pelas carteiras de E.I, pois seriam os mais indicados para falar sobre o tema, já que eles possuem um grande entendimento/treinamento voltado ao assunto abordado, pôde ser observado que o tema abordado neste trabalho, apesar da grande divulgação, necessita ser mais explorado, pois esse tipo de enquadramento financeiro é destinado a pessoas que necessitam de auxílio tanto moral/profissional quanto financeiro para que seu negócio possa seguir em frente.

Outro fator predominante é a questão de identificar qual o tipo de negócio já que, esse público trabalha com diversos tipos de segmentos tanto no comércio e/ou pequenas indústrias como na prestação de serviços. E por fim, a entrevista tenta esclarecer o que é necessário para obtenção do crédito, além das sugestões de expansão para o financiamento.

Entre as três instituições entrevistadas, a instituição A está no mercado a mais de 100 anos sob a forma de empresa pública do governo federal brasileiro com sede em Brasília (DF) é maior banco da América Latina. A instituição B está no mercado há mais de 50 anos sob a forma de economia mista com sede em Fortaleza (CE) é o maior banco da América Latina que atua com o desenvolvimento regional focando a sustentabilidade. Já a instituição C está no mercado há 50 anos tratando-se de uma instituição estadual que visa atender as finalidades constitutivas pretendidas através do fomento ao desenvolvimento econômico do estado de Sergipe.

Diante do que foi apurado, pôde ser percebido também, que falta a esses pequenos empreendedores visão de futuro e que por causa da burocracia seus negócios não podem ser alavancados.

Os dados coletados foram analisados sistematicamente, e confrontados com a realidade e as teorias existentes sobre o tema de acordo com as informações fornecidas pelos sujeitos participantes desta pesquisa.

Inicialmente os entrevistados foram indagados sobre a procura para o financiamento. Como resposta a instituição A relata que a procura pelo

financiamento tem sido razoável, fato que preocupa bastante o gerente responsável pela carteira empresarial já que é necessário bater meta, em vista que a verba destinada ao programa elaborado pelo banco pode ser cortada ou destinada à outra carteira empresarial. De acordo com o gerente muitas pessoas procuram a instituição para solicitar o financiamento sem ao menos possuir um negócio. Esse fato vem se multiplicando cada vez mais e segundo ele as pessoas tentam burlar o programa de crédito para a compra de bens materiais.

Ele relatou ainda que o fato citado é muito comum em cidades do interior do estado, pois quem vai procurar o financiamento pensa que não haverá fiscalização e sendo assim, poderá obter o crédito facilmente.

A Instituição B relata que a procura é boa, porém a falta de informação e contradições é alta, o que dificulta bastante a negociação. Segundo o gerente responsável os E.I que procuram o banco pensam que já sairão da instituição com o valor total de R\$ 15.000,00 sem que seja feito a avaliação do estabelecimento ou prestação de serviço. E ressalta ainda que, a depender do empreendimento é que será avaliado o valor que será destinado para o financiamento.

Já a instituição C diz que a procura é grande, porém o desenquadramento é ainda maior. Segundo o gerente, pessoas que tem faturamento de R\$ 3.000,00 por dia acham que podem se cadastrar como E.I e conseqüentemente podem ter direito a obtenção do crédito.

Comentários relevantes:

No longo desses anos vários programas voltados para a sustentabilidade têm sido criados por instituições financeiras e dentre eles está o E.I. Pessoas que possuem pequenos negócios e prestam pequenos serviços podem se cadastrar e ampliar seus negócios. Mas, diante da informalidade crescente do país muitos deixam de se legalizar para viver na informalidade ou até mesmo se legalizam, porém como grande parte do público alvo desse seguimento é da classe baixa, muitos deixam de obter o crédito financeiro pela simples falta de informação.

Ao serem questionados sobre o que a cada um financia a instituição A relata que trabalha com financiamentos para equipamentos máquinas e mobiliário, além do capital de giro, ou seja, recursos para manter estoques. De acordo com ele a procura maior é por capital de giro, seguido por financiamentos de mobiliários e máquinas. Segundo o gerente além do financiamento do capital de giro ou serviço

ou serviço o E.I poderá obter cheque especial de até R\$300,00 com juros de 2,87% ao mês e cartão de crédito empresarial bandeira visa com limite de até R\$ 300,00.

A instituição B responde que trabalha com financiamento de investimentos, ou seja, móveis, utensílios, veículos, máquinas e equipamentos, além de construção ou reforma de instalações físicas destinadas à atividade dos mutuários. O limite de endividamento é de R\$ 15.000,00 sendo adotados três níveis de classificação para E.I. com prazo máximo da operação de até 36 meses, com 2 meses de carência de acordo com cronograma físico e financeiro do projeto ou proposta e de acordo com capacidade de pagamento do mutuário com dados relatados pelo gerente:

- Nível I: recebimento mensal bruto de vendas igual ou inferior a R\$ 1.000,00;
- Nível II: recebimento mensal bruto de vendas superior a R\$ 1.000,00 e igual ou inferior a R\$ 2.000,00;
- Nível III: recebimento mensal bruto de vendas superior a R\$ 2.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.000,00;

Segundo ele se o mutuário pagar suas prestações até a data do respectivo vencimento poderá obter bônus de adimplência de 25% sobre os juros para empreendimentos do semi-árido e 15% para os localizados em outras regiões.

Além disso, conta que a maior procura é para capital de giro modalidade que não é realizada pela instituição até o momento.

Já a instituição C financia implantação, ampliação, modernização, realocação de empreendimentos e aquisição de móveis, equipamentos e máquinas. Para o gerente a maior procura está vinculada a estrutura do empreendimento. Quanto a questão de avaliação dos valores a serem destinados aos E.I. o gerente se recusou a comentar alegando ser dados sigilosos da instituição.

Comentários relevantes:

De acordo com dados do Sebrae (2010) trabalhadores informais estão se legalizando e transformando-se em formais. A partir daí cabe ao empreendedor escolher a instituição que se enquadre melhor dentro do patamar de seu negócio, visando à melhoria de seu empreendimento. Vale ressaltar que além dessa oportunidade de crescimento, ao se cadastrar o trabalhador passa a obter benefícios trabalhistas já citados anteriormente no andamento dessa pesquisa.

Apesar das mudanças, o foco do empreendedorismo continua o mesmo. O crescimento da economia, o surgimento de novas oportunidades, tudo isso tem favorecido o sucesso de alguns empreendimentos, porém, cada um precisa ir à busca das oportunidades

Quando foram questionados sobre a documentação exigida para dar entrada ao financiamento a instituição A diz que se faz necessário documento de identificação, CPF (Cadastro de Pessoa Física), CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), comprovante de renda e comprovante de endereço. Segundo ele muitas pessoas não levam a documentação correta e/ou desatualizada.

A instituição B relata que se faz necessário o cadastro tanto de pessoa física quanto o de jurídica, sendo necessário toda documentação citada pela instituição A mais certificado de Micro Empreendedor Individual, além de uma previsão ou faturamento dos últimos 12 meses assinados pelo responsável pela empresa e pelo contador registrado no CRC (Conselho Regional de Contabilidade). De acordo com ele o previsão ou faturamento para se avaliar se o valor informado corresponde ao empreendimento.

E a instituição C necessita de todas as documentações já citadas nas outras instituições.

Comentários relevantes:

Hoje vemos que a burocracia é o fator de maior intensidade para se conseguir qualquer coisa no ambiente de trabalho.

O importante é que pequenos empreendedores têm mostrado capacidade para se manter atuando e tem proporcionado a milhões de trabalhadores oportunidade de trabalhar com suas carteiras assinadas. E isso não é privilegio só de umas, mas de várias empresas, independente do seu tamanho, mas sim da sua potencialidade.

No tocante a questão sobre a necessidade de fiador ou avalista todas as instituições dizem que sim. A instituição A diz que o fiador é a garantia caso haja inadimplência por parte do E.I. Já a instituição B responde que além de ter o fiador, este terá que comprovar através de renda ou patrimônio que é capaz de assumir a dívida adquirida pelo mutuário. Quanto à instituição C relata que se o E.I já era cliente do banco há muito tempo, for adimplente este não s faz necessário a exigência do fiador.

Comentários relevantes:

Vemos que na atualidade essa questão de fiador ou avalista se torna cada vez mais difícil. Hoje ninguém mais quer correr o risco de assumir uma dívida alheia, ainda mais que não sabemos o que pode acontecer com nossa economia.

Na maioria das vezes o fiador é nada mais que um parente ou até mesmo um parente que assumir o risco de responder pela irresponsabilidade dos outros.

Não se pretende com isso generalizar o resultado, visto que, temos pessoas que arcam e cumprem com suas obrigações.

Nesse sentido foi perguntado se há necessidade de algum tipo de garantia. A instituição A disse que o fiador é o essencial, mas caso se tenha dificuldade em encontrar um, a garantia pode ser feita através de bens como imóveis e veículos.

Observa-se que a instituição B utiliza facultativamente a alienação fiduciária dos bens adquiridos, ou seja, o próprio bem que está sendo adquirido irá servir como garantia.

Já a instituição C utiliza as mesmas garantias citadas à instituição A. Mas ressalva que caso seja um cliente antigo, “bom pagador”, a exigência é desnecessária segundo avaliação do gerente.

Comentários relevantes:

A dificuldade para se obter um crédito na praça é enorme. A pessoa que está começando um empreendimento não tem como garantir que este vai progredir. A concorrência é grande no ramo de comércio e prestação de serviços e sai na frente àquele que melhor conseguir desenvolver seu negócio.

Entretanto como induzir/atrair pequenos empreendedores ao mercado financeiro, já que a maioria dessas pessoas é leiga no que diz respeito ao assunto abordado? Essa questão será discutida na última parte dessa pesquisa, visto que a pergunta foi respondida pelos gerentes entrevistados.

Interessada em saber sobre o que poderia ocasionar a maior dificuldade para liberação do financiamento entre as questões já citadas anteriormente a instituição A respondeu que seria o sistema operacional do banco que ainda não atende as expectativas dos funcionários que trabalham com os E.I. e a tentativa de burlar a forma de avaliação do banco, já que alguns não possuem nem o empreendimento.

A instituição B afirmou que o fiador seria o ápice que mais dificulta a liberação do crédito, pois muitas vezes o E.I. possui toda a documentação exigida, mas não tem quem possa ser seu fiador.

Segundo o gerente muitos processos para obtenção do crédito ficam pela metade devido a essa exigência que não é cumprida por parte do empreendedor.

Já a instituição C disse que a maior dificuldade é as garantias, pois muitos empreendedores não possuem bens para dar como garantia e sendo assim fica complicado para o banco financiar uma proposta ou projeto sem ter garantias relata o gerente.

Comentários relevantes:

Novos empreendimentos estão surgindo em todo o país, o que tem sido motivo de orgulho para alguns economistas que torcem pelo desenvolvimento econômico da nação. Empreendedores que há alguns anos atrás, encontravam-se presos ao seu mundo sem olhar o surgimento de novas tendências e de novas oportunidades, hoje devido as oportunidades que surgiram souberam levantar a cabeça, e ir em busca de melhorias.

Apostando nessas oportunidades alguns empreendedores que possuíam um comércio informal estão investindo em inovações o que pode ser visto nas fotos 01 e 02, abaixo.



Foto 01- Pipoqueira Maria Selma

Segundo dados do Jornal Cinform de julho deste ano a pipoqueira necessitava prestar serviços a empresas e para isso se tornou Empreendedora Individual, pois só assim poderia ter um CNPJ e assim conseguiria prestar o seu serviço legalizado. Depois que se formalizou a pipoqueira passou a fornecer pipocas para empresa Petrobras para que fossem utilizadas nas simulações para evitar vazamento de óleo no mar. Além de não ser poluente a pipoca ainda serve como alimento para os peixes enfatiza a pipoqueira. Além desse benefício, a pipoqueira ainda obteve a possibilidade de comprar matéria prima mais barata já que agora possuía um CNPJ o que facilita a compra diretamente com o fornecedor.



Foto 02- Saulo Moraes fabricante de pranchas de surf

Dados do mesmo jornal citado na figura 01 relatam que o shaper (nome dado a pessoa que trabalha com fabricação de pranchas de surf) pôde fornecer ao Corpo de Sergipe duas pranchas para serem utilizadas em salvamentos. Além de poder fornecer material para o Governo do Estado, possibilidade adquirida através da legalização com empreendedor individual, Saulo destaca que agora está amparado por uma legislação que garante a ele aposentadoria, e outros benefícios já citados anteriormente no desenvolvimento desse trabalho, caso algo venha a acontecer com ele.

No tocante a questão sobre a inadimplência e o que esta poderia ocasionar a instituição A diz que esta ainda não existe por se tratar de um novo programa adotado pela instituição com subsídios do Banco Central. Destaca ainda que, antes o financiamento era feito nos parâmetros do E.I., porém a liberação era feita para pessoas físicas desenvolverem pequenos negócios.

Considerando a instituição B a inadimplência existe e com isso pode haver uma suspensão de contrato caso o inadimplemento seja superior a 5% relata o gerente.

Entretanto a Instituição C disse que existe a inadimplência e esta pode prejudicar a liberação de verbas para o programa já que existe um percentual, não divulgado pelo gerente, e caso este seja atingido à liberação de financiamentos dessa carteira é reduzida e a depender da inadimplência pode ser excluída.

Comentários relevantes:

O que pode acontecer é que de acordo com aumento da formalidade, conseqüentemente ocorra o aumento da inadimplência. Isso se deve ao simples fato de que gente simples, como cabeleireiros, costureiras, pipoqueiros entre outros, que não tem estudo e até mesmo não sabem escrever o próprio nome está se cadastrando como empreendedor individual consegue o financiamento, mas não consegue manter a adimplência do pagamento do mesmo, já que na verdade estes que se dizem Empreendedores Individuais, por não terem o conhecimento aplicam o crédito de maneira errada.

Nesta situação é necessário que a instituição financeira não libere apenas o crédito, mas que acompanhe o desenvolvimento do mesmo, já que é necessário que empreendedor possa expandir seu negócio para que consiga arcar com a dívida do financiamento. Nesse sentido, é onde aparece o fiador. Este fica responsável pelo pagamento da dívida caso o mutuário não possa pagar.

As dúvidas com relação ao que poderia ser feito para expandir/esclarecer a divulgação do financiamento para os E.I. também foram expostas. O gerentes responsáveis pelas instituições A e B relatam que as instituições junto com o Sebrae deveriam ministrar palestras orientando/esclarecendo as formas para obter o crédito junto as instituições. O gerente da instituição B ressalva ainda que deveriam existir mais reportagens voltadas para o tema.

A instituição C argumenta que além da parceria Sebrae e instituições financeiras é necessário o enfoque da mídia e da CDL (Câmara de Dirigentes Lojista), pois pequenas lojas ainda funcionam na ilegalidade.

Comentários relevantes:

Apesar da grande divulgação do governo federal junto com as instituições credenciadas, foi visto que os projetos realizados para divulgação ainda precisam ser ampliados. As formas de divulgação ainda estão ocultas e não estão conseguindo atingir o público alvo. Além disso, as próprias instituições financeiras deveriam investir na divulgação já que elas são as mais interessadas em fazer a liberação do crédito.

Com o setor em constante crescimento os órgãos responsáveis poderiam desenvolver formas claras e práticas para esclarecer as dúvidas frequentes através de cartilhas diretas e palestras que fossem disponibilizadas e levadas até as cidades mais distantes no interior do estado.

Apesar das inúmeras variações que existem em relação a esse setor da economia percebe-se que há diversos fatores apontando as causas desse fenômeno. Primeiro, com relação ao seu crescimento em termos nominais e reais. Segundo, em fatores que determinam o crescimento da economia nacional, visto que, o controle do crescimento do PIB se torna mais eficaz.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resultado obtido nesse trabalho foi para a autora, uma confirmação do que já havia sido observado, antes mesmo que a pesquisa fosse elaborada. As pessoas se formalizam, mas não são acompanhadas no desenvolvimento do negócio, ocasionando a falência do mesmo e conseqüentemente a inadimplência e nome incluso nos programas de restrições de crédito e em seguida a volta à informalidade.

Ao serem ouvidos, os gerentes alvo dessa pesquisa, ressaltaram, que a burocracia, a necessidade de um fiador e falta de informação são as maiores causas abordadas causadoras do não desenvolvimento do projeto de liberação de crédito. De acordo com eles é necessário que o governo invista mais na propagação/divulgação desse projeto que incluiu as classes mais baixas na economia e ajuda no desenvolvimento da sustentabilidade regional.

Conclui-se que, o grande desafio do empreendedor é acompanhar as mudanças que ocorrem dentro da sociedade, sejam elas pela concorrência, competências, por situações incertas e desafiadoras e até mesmo pelos novos conhecimentos. O empreendedor tem que saber lidar com as pessoas e os desafios que surgirão, além disso, terá que saber com aproveitar as oportunidades vindouras.

O ramo de pequenos empreendedores e prestadores de serviço têm crescido constantemente, proporcionando hoje um aumento de vagas de emprego, visto que cada Empreendedor Individual pode ter até um funcionário de carteira assinada.

Chegou-se à conclusão na finalização desse trabalho que se o projeto de inclusão financeira e legalização dos empreendedores de baixa renda é viável, mas que precisa ser ajustado ao modo que atenda as necessidades do público alvo.

Infelizmente o que é informado pelas instituições responsáveis pela divulgação do projeto não corresponde à realidade. Aqueles que mais precisam da ajuda financeira, não conseguem obtê-la. Já aqueles que possuem um pequeno entendimento conseguem burlar a burocracia conseguindo o crédito e dessa forma retirando daqueles mais necessitados, pois na verdade a fiscalização/controle deveria ser intensificada.

REFERÊNCIAS

DE SOTO, H. O mistério do capital. Record, 1989.

FEIGE, E. L. "A economia subterrânea e o Enigma Moeda." Suplemento Finanças Públicas, 49, pp. 119-36, 1994.

Schneider, Friedrich (1997), "Os resultados empíricos para o tamanho da sombra Economia de países da Europa ocidental ao longo do tempo, 1994

SEBRAE-SE (Serviço de Apoio as Micro e Pequenas Empresas)

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**: investigação sobre sua natureza e suas causas. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1994, (Coleção "Os economistas").

www.administradores.com

www.bb.com.br

www.bnb.gov.br

www.caixa.gov.br

www.ibge.gov.br

www.jornalbemviver.com.br

www.oficinadanet.com.br

www.portaldoempreendedor.com.br

www.sebrae.com.br

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

- 1. Como tem sido a procura para o financiamento?**
- 2. O que a Instituição financia?**
- 3. Qual a documentação exigida para dar entrada ao financiamento?**
- 4. Se faz necessário fiador ou avalista?**
- 5. É necessário alguma garantia (imóveis, veículos, etc...)?**
- 6. O que mais dificulta para liberação do financiamento?**
- 7. Existe inadimplência, se sim, esta pode ocasionar alguma dificuldade para liberação do crédito?**
- 8. O que poderia ser feito para expandir/esclarecer a divulgação do financiamento para o E.I?**